

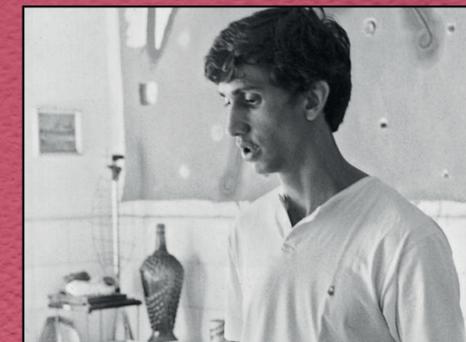
MENSAGEM À
ASSEMBLEIA
2023



MENSAGEM À ASSEMBLEIA - 2023



MENSAGEM À
ASSEMBLEIA 2023



José Leonilson

Leonilson nasceu no dia 1 de março de 1957, em Fortaleza, onde viveu com sua família até seus 4 anos de idade, quando se mudou para São Paulo.

Na capital paulista, frequentou colégio de orientação católica e, desde cedo, demonstrou interesse pela arte, fez cursos livres de arte durante sua adolescência e, aos 17 anos, ingressou no curso de licenciatura em educação artística na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), que abandonou inconcluso para iniciar sua trajetória composta de muitas viagens, exposições e relacionamentos, o que levou Leonilson a tornar-se um dos grandes expoentes da arte brasileira contemporânea.

Na década de 1980, fez parte do grupo de artistas que liderou a retomada do “prazer da pintura”, conhecido como ‘Geração 80’. Trabalhou com a criação dividida de figurinos e cenários para espetáculo do grupo teatral Asdrúbal Trouxe o Trombone. Participou de diversas mostras individuais e coletivas no Brasil e no exterior, incluindo Bienais em São Paulo e Paris. Em Fortaleza, sua terra natal, encontra-se sua primeira e única obra pública, conhecida como Caixa d’água dos peixinhos, na Praia de Iracema.

Fez residência artística em Munique; e morou temporariamente em Madri e Milão. A convite do governo francês, produziu uma gravura para a comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa. De 1991 a 1993, fez ilustrações semanais para a coluna da jornalista Bárbara Gancia, no jornal Folha de S. Paulo.

O artista se consolidou como um dos mais notáveis no panorama cultural brasileiro por meio de sua obra singular e autobiográfica. Sua produção é considerada por críticos brasileiros e internacionais como sendo de grande valor conceitual para a História da Arte no Brasil, o retrato autêntico e incansável de uma geração que, por abordar questões cruciais, inerentes à subjetividade humana, fez-se capaz de gerar identificação e diálogo universal.

Leonilson faleceu jovem, vítima do vírus HIV, em São Paulo, em 1993, deixando cerca de 4 mil obras, além de um múltiplo acervo documental.

Logo após o falecimento do artista, família e amigos criaram o Projeto Leonilson, instituição sem fins lucrativos responsável pelos direitos autorais, pesquisa, catalogação e divulgação de vida e obra do Leonilson





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

**MENSAGEM À
ASSEMBLEIA
2023**

ABERTURA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 31ª LEGISLATURA



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA

Jade Afonso Romero

Casa Civil	Maximiliano Cesar Pedrosa Quintino de Medeiros
Procuradoria-Geral do Estado	Rafael Machado Moraes
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloisio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária	Luis Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	Marcos César Cals de Oliveira (Respondendo)
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Sandra Maria Nunes Monteiro
Secretaria da Cultura	Luiza Cela de Arruda Coelho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior (Respondendo)
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fabrizio Gomes Santos
Secretaria da Infraestrutura	Antônio Nei de Sousa
Secretaria do Meio Ambiente	Vilma Maria Freire dos Anjos
Secretaria do Planejamento e Gestão	Sandra Maria Olimpio Machado
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Secretaria dos Recursos Hídricos	Ramon Flávio Gomes Rodrigues
Secretaria da Saúde	Tânia Mara Silva Coelho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Samuel Elanio de Oliveira Junior
Secretaria do Turismo	Yrwana Albuquerque Guerra
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e sistema penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO Seplag

Coordenação Geral

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Supervisão Geral

Régis Meireles Benevides

Orientação Técnica

Anna Caroline Botelho

Elaboração e assessoramento

Ana Beatriz Rocha Guedes

Eveline Maria Cordeiro Brandão

Francisca Maria Sousa Moreira

Francisco Ailson Alves Severo Filho

Francisco Menezes de Freitas

João Gabriel Araújo Silva

José Rubson Augusto Mendes

José Wagner Alves Fernandes

Jhuan Bruno Campos Neres

Lara Maria Silva Costa

Luanny Braga da Silva Prata

Luciana Capistrano da Fonsêca Moura

Luiz Carlos Holanda Antero

Luiza de Lourdes Bezerra Mota

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maria Cristiane Maia Caxilé

Matheus Frota Braga

Naiana Corrêa Lima Peixoto

Rafael Paraiso Souto Maior Malta

Samara da Silva Trajano

Saruanna Dias Carvalho

Sandra Maria Braga

Samuel Gomes Cerqueira

Virgínia Dantas Soares Teixeira

Desenvolvimento de Sistemas

Daniel Ivo de Andrade

João Paulo Alencar da Silva

Josegil Dias Frota Figueira

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ Ipece

Elaboração e Assessoria

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia

Aprígio Botelho Lócio

Daniel Cirilo Suliano

Jimmy Lima de Oliveira

José Freire Júnior

Luciana de Oliveira Rodrigues

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Araújo Pontes

Rogério Barbosa Soares

Vitor Hugo de Oliveira Silva

Witalo de Lima Paiva
Raquel da Silva Sales
Rayén Heredia Penaloza

CASA CIVIL

Ana Carolina Castro Mota
Nara Jullyana Rodrigues Alves Oliveira
Larissa Barros Bezerra
Francisco Gutenberg Albuquerque Neto
Cínthia Maria Azevedo Vidal

Ana Roberta Coutinho
Ana Caroline Azevedo Martins
Kendy Shirasu
Allan Victor Castro Vieira
Luís Filipe Bacelar
Anderson Pereira Lima
Carlos Augusto Ribeiro Neto
Kaddja Emanuele da Silva Soares
Roberta Lyvia da Silva Pedrosa
Ana Karla Oliveira Mesquita

EQUIPE SETORIAL DE COLABORAÇÃO – ÁREAS DE PLANEJAMENTO

VICE-GOVERNADORIA

Antônia Estefânia Alves Maciel
Emmanuelle Alcântara de Oliveira
Fernanda Pinto Pacheco França
Lillian Virgínia Carneiro Gondim
Luana Carla Bandeira Sobrinho
Luciana Girão da Silva

CASA CIVIL

Leiliane dos Santos Silva Regina
Regina Estela Benevides de Lima

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Maria Joyce Maia Costa Carneiro
Marilce Stenia Ribeiro Macedo

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ

Ailza Mateus Sampaio Neta

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Giacomina Maria Amelia Borrini de Freitas
Jamilé Costa Pessoa Campelo
Maria Vania Pires Costa
Rosa Maria Chaves

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

Felipe Mota Campos
José Roberto Sales de Aguiar

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Rita de Cássia Hollanda Matos
Keyla Christina Albuquerque Viana

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Antonia Aurinete de Almeida Braga
Suzy Hellen Tavares Cavalcante
Verônica Sousa dos Santos Correia

SECRETARIA DAS CIDADES

Adriana Xavier de Santiago
Cleidiane Barros Candido Vasconcelos
Ídima Sílvia Ferreira Rodrigues
Lilian Martins Nina Romcy
Sarah Gleiciane de Araújo Silva

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

Andrelia de Freitas Lima
Francisco Joilson Martins Gomes

Tatiana Câmara Duarte

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Aline Linhares Holanda

Ana Maria Cavalcante Carneiro

Hemilly Santos Mourã

José Flávio Guedes

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Alcides Maria Parente

Camila Augusta Passos Chaves

João Bosco de Castro

Filipe Braid Carannante

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Aurilene Pereira Moura Moreira

Paolo Giuseppe Lima de Araújo

Thiago Costa Silva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Adriana Lino Honorato

Cibelle Teixeira de Oliveira

José Júlio Brito

Núbia Ferreira Almeida

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ

Edília Rodrigues Chagas

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima

Rosa Meire Alves Guimarães

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha

Jamille Rodrigues Braga

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ

Francisco Leopoldo Moreira Filho

Solon Nogueira de Lima

Vanessa Araújo de Sousa

SECRETARIA DA CULTURA

Bruno Pereira França.

João Ferreira de Almeida Júnior

Nelson Amilcar Gomez Santa Cruz Junior

Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Paulo Régis dos Santos Oliveira

Samyr Pereira Pontes

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Francisco Sidney Gomes dos Santos

Lilia Michele da Costa Souza

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ

Antonio Tarciso Coelho Pinto

Francisco Bergson Parente Fernandes

Itamar Teixeira Bezerra

José Carvalho Maia Sobrinho

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Luciano Bezerra da Silva Manoel

Manoel Jorge Pinto da França

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A

Antônio Odálio Girão de Almeida

Daniel Holanda Baima

Luana Ferreira de Souza

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Marcello Gonçalves Milliole

Patrícia Pinheiro Campos

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco Glayber Cartaxo
Jarier de Oliveira Moreno
Luiz de Oliveira Costa Júnior
Maik dos Santos Barbosa
Vilma Maria Freire dos Anjos

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Maria Dias Cavalcante
Marcília Marques Vieira
Nelci Gadelha de Almeida

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Flávia Bezerra Brasil Ramalho
Letícia da Silva Feitosa
Marcos Manuel de Almeida Junior
Maurício Cabrera Baca

COMPANHIA DE DESENV. DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM

Keilla Farias Castro
Manoel Messias de Freitas Filho
Marco Antônio Ximenes
Mário Jorge de Freitas Alves

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROC. DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ

Afonso de Oliveira Castro II
Roberto Benevides de Castro
Rodrigo José Chacon de Mesquita

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Caio Rodrigues
Sonara Capaverde
Laura Arcelina Avelino da Silva Teixeira

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Monteiro de Carvalho
Francisca Juliana Feitosa Soares
José Iran da Silva
Lúcia Maria Gomes
Maria Elisaudia de Almeida Pereira
TemisJeanne Filizola Brandão dos Santos

SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE

Erinaldo Paes de Almeida
Fabiola Linhares Bezerra
Hermano Abreu Rodrigues

SECRETARIA DA FAZENDA

Ana Raquel Nunes de Sena
Auler Gomes de Sousa
Sandro Ney Cassiano Rodrigues

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ

Anneline Magalhães Torres Borges
Helena Martins Teófilo

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Bruno Facundo Braga
Clea Mesquita Lopes
Joaquim Firmino Filho
Lucas Sousa dos Santos
Paulo César Moreira de Sousa
Tania Maria Cunha Alves

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

Maria Nilce Quinderé Cals
Vanessa Maria Barbosa Nascimento
Iara de Amaral Lourenço

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Edilson Holanda Costa Filho

Inhaye Dourado Lima

Thomaz Pires Cassunde

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Isania Maria Alves Caçula Silva

Lidiane Andrade Mateus

Rosângela Maria Viana Guerra

Sandra Virgínia Austregésilo Guedes

Silviane Torres da Costa

INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ

Francisca Luzitelma Santos Caracas

Jessica Gomes do Nascimento

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

Maria Esther Frota Cristino

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ

Chagas Romão Cavalcante Souza

Francisca Claudiana Santos do Amaral

Gabriella Tavares de Freitas

Marcos Helano Martins Carneiro

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Josinelde Maria Coelho da Silva

Wanderley Gradela Filho

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ

Antonilo Eldair da Cunha

José Teófilo Braga Neto

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ - CEARAPREV

Daniela Ribeiro de Lima

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

Cynthia Monteiro Nogueira

Jaciara de Deus França

Sandra Maria Ferreira de Moraes

Sandra Maria Libânio de Vasconcelos

Sebastião Lopes Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Alberto Sérgio Holanda Banhos

Angela Márcia Fernandes Araujo

Ricarth Joadgery Pereira Amorim

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

Alandilsson do Nascimento Forte

Manoel Helder de Miranda

Paulo Antônio da Costa Mazulo Junior

COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

Luciana Albuquerque Guimarães

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Jessé de Moura Filho

Leandro Chagas Bezerra

Lorena Maria Moreira Chagas

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Heloisa de Aquino Câmara

Heloisa Helena Garcia Mota

João Paulo da Cruz da Silva

João Gabriel Duarte da Fonseca

Sérgio Moreira Câmara

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

Luce Karine Soares Balreira

**COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS DO CEARÁ**

Giselle Maria Maia Plutarco

Maria Luciandre Melo

Paulo Henrique Studart Pinho

Sarah Furtado Freire

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E
RECURSOS HÍDRICOS**

Maria do Socorro Segundo da Fonseca

Maria Nayde de Magalhães Macedo

Suelde Maria Gonçalves Montenegro

SECRETARIA DA SAÚDE

Antonio de Aguiar Junior

Diêgo Borges Aragão

João Washington de Meneses

Joelia Rodrigues da Silva

Luiza de Marilac Barros Rocha

Maria de Jesus de Sousa Cavalcante

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Janaina Silva Torres

Geni Carmem Clementino Alves

Hanna Rafaela de Lima Vieira

Ivana Leila Carvalho Fernandes

Wilma Maria Lins de Sousa

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL**

Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho

Emily Pereira Soares

POLÍCIA MILITAR

João Antonio Barbosa Gadelha

Jorge Costa de Araújo

Klênio Savyo Nascimento de Sousa

POLÍCIA CIVIL

Luiz Carlos Fernandes Moreira

Wedja de Souza Barros

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

Atila Einstein de Oliveira

Celyne Silva Paiva

Júlio César Nogueira Torres

Lauro ferreira Rocha Júnior

Renato Jevson Nunes Maciel

Rômulo Costa do Nascimento

**ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO CEARÁ**

Emanuela dos Santos Pinheiro

Jamille dos Santos de Moura

**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E
ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO
ESTADO DO CEARÁ**

Anderson Duarte Barboza

Franklin de Sousa Torres

Leontino Egídio de Queiroz Neto

Manuela Chaves Loureiro Candido

Talyta do Vale Nepomuceno

Thiago Oliveira da Silva

SECRETARIA DO TURISMO

Ana Lúcia Aragão Alves

José Valdo Mesquita Aires

Juliana Bastos de Oliveira

Thiago Fonseca Marques

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA
PENITENCIÁRIO**

Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos

Raquel Luna Vasconcelos

JUSTIÇA

CONCLUSÃO DA **UNIDADE PRISIONAL DE TIANGUÁ**, NA REGIÃO DA SERRA DA IBIAPABA.

AUMENTO DE 35,76% DA CAPACIDADE DE OFERTA DE VAGAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO CEARÁ.

Aumento de **4,6 mil vagas** em 3 anos.



INVESTIMENTO DE R\$ 5 MILHÕES na **qualificação dos serviços** no Sistema Penitenciário.



//AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO

EXPANSÃO DE 12 PARA 28 UNIDADES PRISIONAIS COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES.

7.153 internos trabalharam para fins de remição de pena.



9.040 internos do Sistema Penitenciário concluíram cursos profissionalizantes.

677 egressos foram admitidos no mercado de trabalho.

9 empresas instaladas dentro das Unidades Prisionais, ampliando postos de trabalho.

2º lugar

no Ranking de Atividades Educacionais no Sistema Prisional*.

*Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional.

5.613 INTERNOS MATRICULADOS e frequentando a educação básica.



RECORDE DE PARTICIPAÇÃO NO ENEM PPL 2022, com **mais de 4 mil pessoas presas inscritas**, um crescimento de 35% de inscritos em relação ao ano anterior.



MAIS DE 3,6 MIL INTERNOS EMITIRAM DOCUMENTOS DE IDENTIDADE, CPF E 2ª VIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO, **DENTRO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS.**

//VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

AMPLIAÇÃO E APRIMORAMENTO DA UNIDADE TÁTICA DO GRUPO DE AÇÕES PENITENCIÁRIAS (GAP).

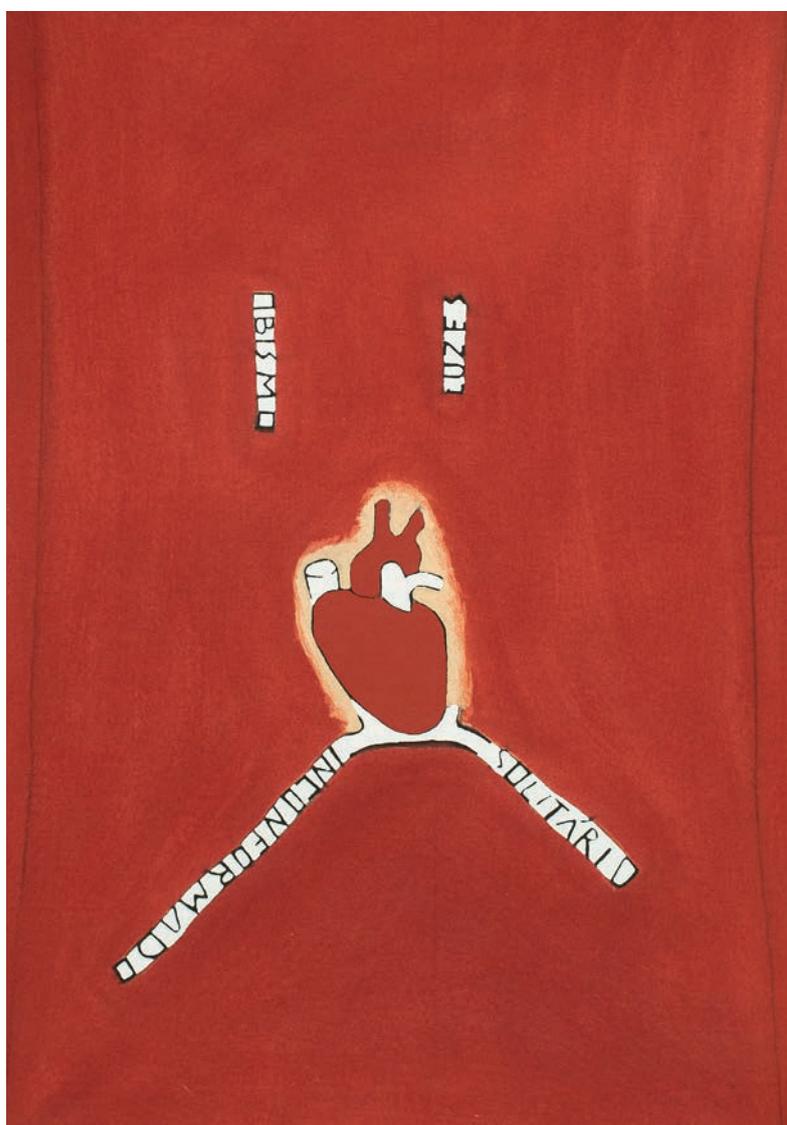


MAIS DE 1,3 MIL POLICIAIS PENAIS CAPACITADOS PRA PLENO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO EM 2022.



Capacitação de **434 policiais penais** no Curso de Aperfeiçoamento em Armamento e Tiro em 2022. Desde 2019, **2.647 policiais penais** já foram capacitados.

CEARÁ
PACÍFICO



RESULTADO ESTRATÉGICO:

Sociedade cearense pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

TEMAS:

Justiça e Segurança Pública.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

Casa Civil, CGD, SAP, SSPDS, PMCE, PCCE, AESP, CBM, Pefoce, Supesp, SOP, DPGE, PGJ, TJ e Vicegov.

Garantir a segurança da população do Ceará é agenda prioritária do Governo do Estado no compromisso com a construção de uma sociedade justa e pacífica, assumido no Plano “Os 7 Cearás”, cujas diretrizes contemplam aspectos diversos, sustentadas no direito à segurança pública, ao trabalho, à proteção social, à defesa e à justiça e cidadania. Neste sentido, o Governo do Estado, em parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, tem atuado no combate à violação de direitos, na redução dos índices criminais e no crescimento da segurança da população, implementando ações intersetoriais voltadas para uma Cultura de Paz no Ceará, pautada no denominado Pacto por um Ceará Pacífico.

A garantia de um Ceará Pacífico pressupõe abordagem de ações que englobam aspectos da segurança pública no sentido estrito, mas não se resume a eles, e estendem-se a iniciativas voltadas à melhoria do contexto urbano, ao acolhimento das populações mais vulneráveis e ao enfrentamento da violência como um todo, a partir de atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, além da sociedade civil.

Aliados a essa perspectiva, os esforços do governo estadual têm sido para fazer evoluir o sistema de segurança pública, com vistas a transformá-lo em um sistema consistente e gerador de bem-estar social, que tem por objetivo assegurar a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos órgãos que o compõem. A gestão das estratégias delineadas nesse campo de atuação é realizada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), por meio de seus órgãos vinculados: Polícia Militar do Ceará (PMCE), Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE), Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE), Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce) e Academia Estadual de Segurança Pública (AESP/CE) e pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social (CGD), órgão autônomo e independente.

Ao longo da gestão, o Governo adotou uma série de medidas visando criar condições para o aumento da produtividade na área da segurança pública, por meio de investimentos em tecnologia da informação e em sistemas de dispositivos capazes de agregar maior efetividade e segurança ao trabalho desempenhado e modernização administrativa (organizacional, gerencial e humana), com destaque para ações de qualificação profissional, ampliação do efetivo e valorização salarial. Com foco no território, destaca-se a reestruturação do sistema prisional, bem como o aumento da presença policial nos municípios, o que tem inibido muitos crimes, principalmente contra o patrimônio.

Os resultados para o setor ainda são desafiadores, tendo em vista a trajetória da criminalidade no estado, fomentada pelas grandes facções criminosas, até então concentradas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro que, depois de 2011, se espalharam e se padronizaram no país. As elevadas taxas de homicídios no Ceará seguem, praticamente, os padrões de causalidades apresentados nos estados brasileiros. No entanto, nos últimos anos, há uma mudança radical no

padrão local de criminalidade, marcada por guerras acirradas entre facções nacionais e locais. Soma-se a isso, a presença da extrema pobreza, desigualdade de renda e elevada taxa de desocupação da população economicamente ativa (PEA) jovem.

Os graves problemas na área de segurança pública, no Ceará, têm se traduzido na degradação do bem-estar social, como deterioração dos valores patrimoniais e do ambiente para negócios. Nessa perspectiva, o poder público depara-se cotidianamente com a reivindicação da sociedade, que exige intervenções cada vez mais efetivas no enfrentamento aos altos índices de criminalidade.

Sob a ótica da política de justiça, o Eixo é realizado pela articulação da Secretaria

da Administração Penitenciária (SAP) e dos órgãos do Poder Judiciário (Procuradoria-Geral da Justiça – PGJ; Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE e Tribunal de Justiça – TJ) e guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços e recuperação social, promovidos pela ação integrada do poder público, família e escola. O que se espera é que a população seja contemplada com um sistema de justiça eficaz e humanizado.

O conjunto dessas políticas abrange um total de nove programas finalísticos, que utilizaram em 2022, recursos orçamentários da ordem de R\$ 5.335.529.831,50.

Tabela 49 - Execução orçamentária Eixo 5 por temas - ano 2022.

Tema	Lei + Créditos	Empenhado	% Execução Orçamentária
Justiça	2.076.266.372,91	2.009.533.543,36	96,79
Segurança Pública	3.408.102.541,92	3.325.996.288,14	97,59
Total	5.484.368.914,83	5.335.529.831,50	97,29

Fonte: Seplag/Siof - Execução Orçamentária. Elaboração Seplag/Cpger.

Tabela 50 - Evolução dos indicadores por tema (2018 – 2022).

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022 ¹
Justiça					
Pessoas presas de forma provisória ² (%)	64,92	54,42	49,91	46,41	39,44
Taxa de reentrada no sistema prisional (%)	34,03	33,95	44,15	40,67	46,14
SEGURANÇA PÚBLICA					
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) – Tipo 1 (casos/100 mil habitantes)	592,3	478,1	482,95	424,44	365,97
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) – Tipo 2 (casos/100 mil habitantes)	118,5	64,9	104,3	96,50	84,96
Taxa de homicídios dolosos (óbitos/100 mil habitantes)	48,8	23,5	42,82	34,65	28,46

Fonte: Sap e Supesp.

¹ Dados parciais sujeitos a alterações.

² Desse total, R\$ 1.120.952.646,11 foram executados pelo Poder Judiciário (TJ, DPGE e PGJ), por meio dos programas “Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”; “Promoção do Acesso Gratuito à Justiça” e “Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis”.

TEMA - JUSTIÇA

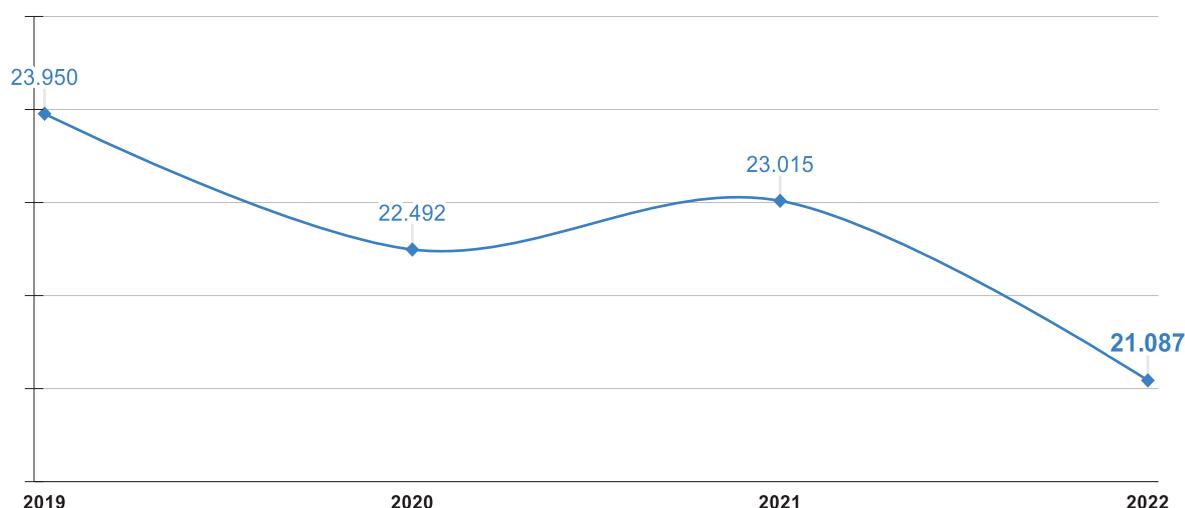
Promover a Justiça significa, para além do cumprimento da legislação, valorizar os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei. O investimento em práticas de educação, capacitação e trabalho para presos e egressos do sistema prisional, focado na reinserção social e redução da incidência criminal, com destaque para a oferta de educação básica e implantação de oficinas produtivas, mostra-se extremamente eficaz.

Desde a criação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), em 2019, foram implementadas uma série de ações, como a ampliação de escoltas, a construção de novas salas de videomonitoramento, a multiplicação das audiências virtuais, aceleração das revisões processuais, bem como a parceria entre os técnicos judiciais da SAP e a Defensoria Pública. Este esforço conjunto contribuiu para a otimização dos trabalhos do Poder Judiciário, reduzindo custos e garantindo a justa progressão de regime a milhares de pessoas privadas de liberdade.

Nos últimos quatro anos, foram realizados projetos de ressocialização em larga escala, tendo 19.000 pessoas privadas de liberdade capacitadas em diferentes áreas profissionais; metade da população carcerária do Ceará inserida no Projeto Livro Aberto (além da remição de pena, a prática abre oportunidade para o intelecto dos internos, a visão de mundo e pensamento crítico), ainda, 100% das mulheres privadas de liberdade do Ceará envolvidas em projetos de educação, capacitação e trabalho e 9.893 certificações de cursos de capacitação para servidores e colaboradores.

Ademais, o número de pessoas efetivamente recolhidas passou de 23.950 para 21.087, o que representa uma diminuição de 11,95% da população carcerária cearense, melhorando a gestão dos estabelecimentos prisionais e oportunizando mais e melhores serviços de saúde, educacionais, laborais, jurídicos, sociais, religiosos e culturais, contribuindo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-16) Paz, Justiça e Instituições Fortes.

Gráfico 44 - Evolução do número de pessoas presas efetivamente recolhidas.



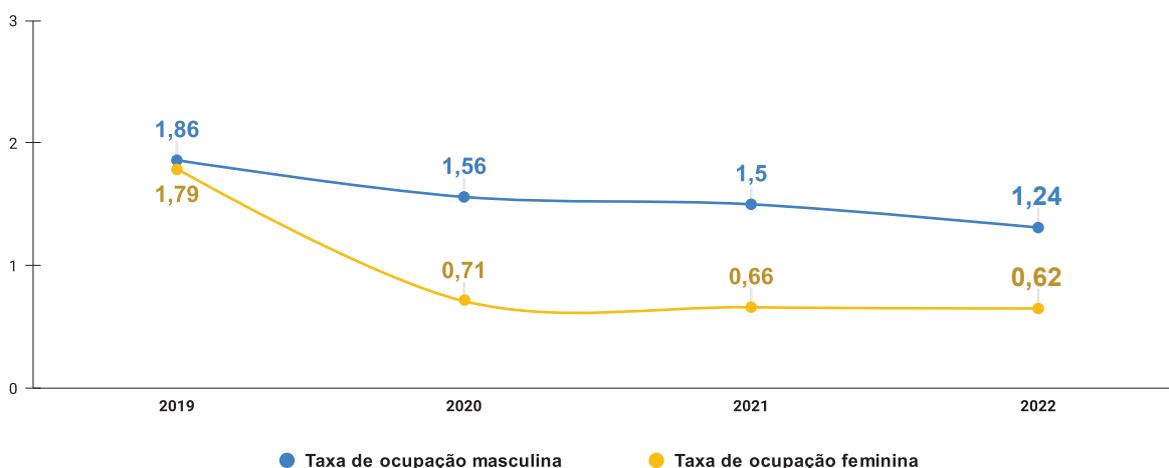
Fonte: SAP/Sima. Elaboração Seplag/Cpger.

Quanto à taxa de ocupação²³ geral, reduziu de 1,84 em 2019, para 1,19 em 2022. Vale destacar que, nesse ano, teve o melhor resultado da série histórica na taxa de ocupação, tanto na masculina, quanto na feminina, tendo

em vista que ela expressa a falta ou o excesso de vagas destinadas às pessoas presas (condenadas e provisórias) das Unidades Prisionais (UPs). A evolução das taxas pode ser observada no gráfico:

23 Cumprem a Resolução Nº 05 de 25.11.2016, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, que fixa limite máximo de lotação acima da capacidade prevista em 137,5%, ou seja, considera 1,375 presos por vaga como limite aceitável. Esse parâmetro é estabelecido para qualquer estabelecimento prisional.

Gráfico 45 - Taxa de ocupação, por sexo, no sistema penitenciário.

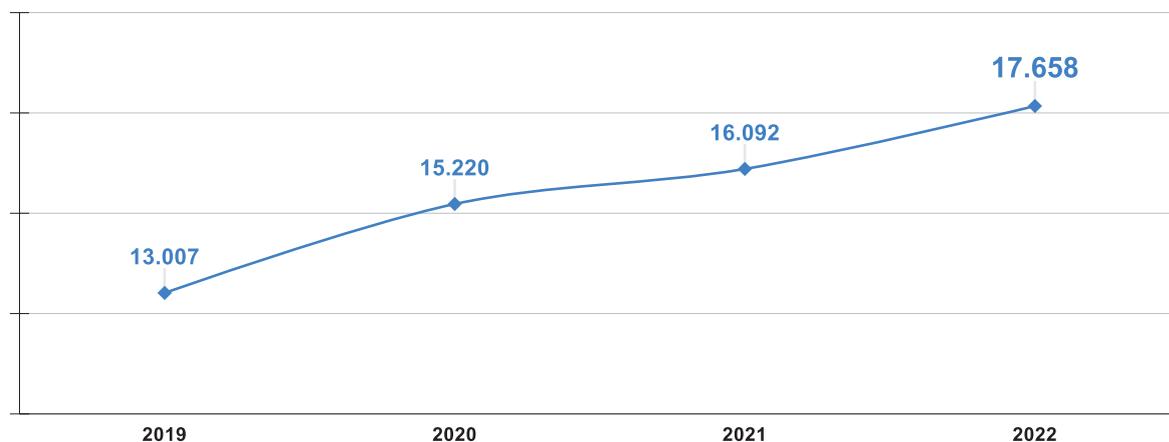


Fonte: SAP/Sima. Elaboração Seplag/Cpger.

O resultado do ano demonstra o êxito da política de desencarceramento e da estruturação da capacidade de vagas no sistema penitenciário, com a ampliação de vagas, construção de novas Unidades Prisionais e a diminuição da população carcerária, gerada pela política adotada na SAP, que concerne na revisão processual,

em massa, dos custodiados, bem como a apresentação deles às audiências judiciais de forma maciça, contribuindo para a redução dessa população. No presente período, tem-se o aumento de 35,76% da capacidade de oferta de vagas no sistema penitenciário do Ceará, atingindo 17.658 vagas em 2022.

Gráfico 46 - Evolução de ofertas de vagas no sistema penitenciário.



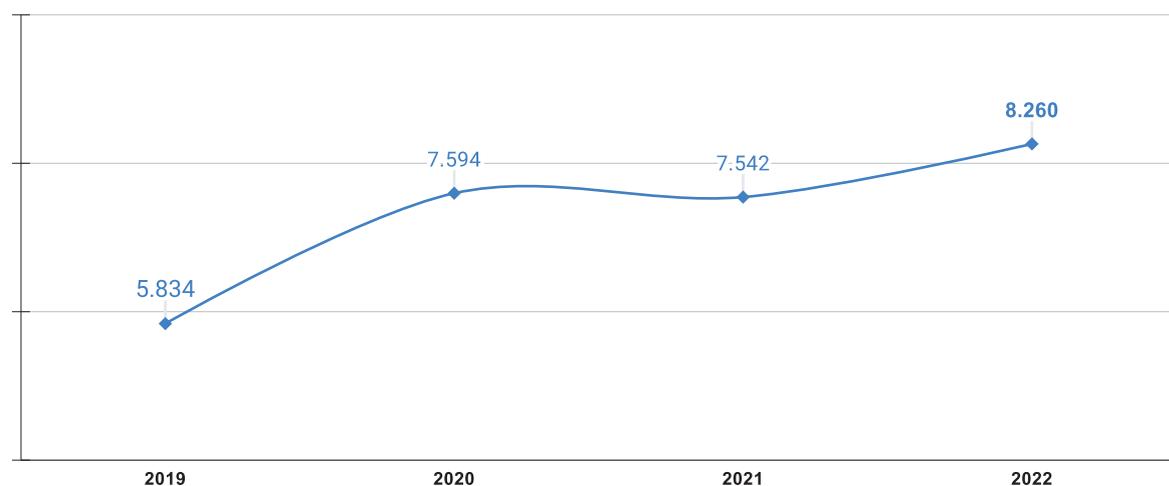
Fonte: SAP/Sima. Elaboração Seplag/Cpger.

Ressalta-se, ainda, que 13.543 pessoas foram beneficiadas com Alternativas Penais (medidas cautelares ou penas alternativas), sendo 9.840 em cumprimento de medidas cautelares (réu, aguardando decisão judicial) e 3.703 em cumprimento de outras alternativas penais (condenados, cumprindo pena alternativa à reclusão). Nesta perspectiva, em parceria com a DPGE, a área jurídica da SAP promoveu assistência jurídica a 25.491 pessoas presas que não tinham advogados constituídos, sendo realizados, no geral, 81.369

atendimentos (cada preso pode receber um ou mais atendimentos jurídicos), com base nos dados do Sistema Integrado de Gestão Penitenciária (SIGEPEN).

Ademais, com o crescimento dos núcleos avançados de monitoramento, instalados em todo o estado, registra-se crescimento de 42% no número de pessoas monitoradas, com uso do dispositivo de monitoramento eletrônico (tornozeleira). Dessa forma, de 2019 a 2022, fica evidente a evolução, de acordo com o gráfico:

Gráfico 47 - Número de pessoas monitoradas ativas.



Fonte: SAP/Sima. Elaboração Seplag/Cpger.

No que se refere à taxa de reentrada no sistema prisional, houve oscilação durante o ano de 2022. O indicador alcançou a marca de 44,08%, equivalente a 14.057 pessoas que entraram no sistema penitenciário no ano. Destas, 6.197 entraram pela 2ª vez ou mais. A reentrada no sistema prisional sofre grande influência de outras políticas públicas, como educação, esporte, trabalho e empreendedorismo. Historicamente, o número de pessoas reentrantes permanece elevado, exigindo cada vez mais assertividade nas políticas públicas, com ações efetivas dentro e fora do sistema. Vale destacar que a SAP vem ofertando educação, capacitação e trabalho, visando oportunizar a reintegração social junto ao mercado de trabalho, por ocasião da saída do sistema prisional. Segundo o Relatório de Reincidência Criminal no Brasil 2022, do Departamento Penitenciário Nacional, o Ceará tem uma taxa de reincidência criminal de 24,3%.

Na educação, ainda em 2022, registraram-se 5.613 pessoas presas matriculadas e frequentando a educação básica (83,4% no Ensino Fundamental e 16,6% no Ensino Médio), além de 39 no Ensino Superior, em cursos à distância, representando um recorde de matrículas ativas no sistema penitenciário cearense. Esse resultado reflete a ampliação da oferta educacional nas unidades prisionais, com turmas tanto pela Secretaria da Educação do Estado - Seduc, quanto em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI). Dessa forma, no quadriênio, foram 18.341 pessoas privadas de liberdade com acesso à alfabetização, ao Ensino Fundamental e Médio.

Em outubro, foi inaugurada a sede própria da EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, a primeira escola do Ceará designada para atender, exclusivamente, à demanda de educação nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza. O estabelecimento faz parte da estrutura organizacional da Seduc e tem como objetivo coordenar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas no contexto de escolarização no sistema penitenciário cearense, com oferta em diferentes níveis de ensino da educação básica, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ainda no âmbito da educação, importa oferecer visibilidade ao objetivo da SAP em erradicar o analfabetismo no sistema prisional, oportunizando acesso à educação e, consequentemente, à mudança de vida, alinhando, assim, tanto aos ODS (meta 4.6), na busca de garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquiridos conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática, quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), em que se estabeleceu como meta a erradicação do analfabetismo na população de 15 anos ou mais, até 2024. A partir do exposto, tem-se a redução de 5,98 p.p. em relação ao ano anterior, com mais de 1.500 internos alfabetizados. Dessa forma, o índice de presos analfabetos em relação à população carcerária reduziu de 7,46 para 1,48 em 2022.

Quanto às capacitações realizadas, tem-se, no período, 9.040 pessoas presas que concluíram cursos profissionalizantes, alcançando 42% da população carcerária efetivamente recolhida, sendo o melhor resultado entre todos os anos no sistema.

Isso se deve à expansão de 12 para 28 Unidades Prisionais com cursos profissionalizantes, em relação ao ano passado, ampliado também na interiorização, com avanço para outras regiões do estado, além do Cariri e de Sobral, tendo cursos ofertados nas áreas com maior procura e oportunidades no mercado de trabalho, tais como: construção civil (pintura, elétrica, hidráulica, acabamentos), mecânica de equipamentos, mecânica veicular, padaria, costura, funilaria e marcenaria.

No tocante aos egressos admitidos no mercado de trabalho, a SAP encaminha os interessados às vagas destinadas em contratos celebrados nos órgãos do Governo do Estado, fazendo valer a Lei nº 15.854/2015 (Lei de Reserva de Vagas), com o apoio do Ministério Público. Ademais, encaminha egressos às instituições parceiras, visando abertura de crédito para início do próprio negócio. Com isso, 425 egressos foram capacitados profissionalmente e 677 entraram no mercado de trabalho, seja por carteira assinada ou pela iniciação do próprio negócio, em 2022.